



Número: **0000177-19.2019.8.17.2630**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Gameleira**

Última distribuição : **13/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEBASTIANA MARIA FERREIRA (AUTOR)		IELVA PRYSCYLLA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62929090	03/06/2020 11:59	2644316_RECURSO_DE_APELACAO_01	Petição em PDF



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE GAMELEIRA/PE

PROCESSO N. 00001771920198172630

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEBASTIANA MARIA FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GAMELEIRA, 25 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE GAMELEIRA / PE

PROCESSO N.º 00001771920198172630

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: SEBASTIANA MARIA FERREIRA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Pertinente destacar, com base em toda documentação constante dos presentes autos, que o sinistro noticiado pela parte apelada não se trata de acidente de trânsito, portanto, sem cobertura pelo Seguro DPVAT e consequentemente incabível a presente ação.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – ACIDENTE COM TRATOR/MAQUINÁRIO AGRÍCOLA

O apelado alega que a vítima sofreu acidente de trânsito quando se locomovia utilizando **TRATOR** e requer a indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente.

Contudo, o sinistro não possui cobertura do Seguro DPVAT, em razão do veículo automotor não estar obrigado ao licenciamento, conforme determina a Resolução 332 da SUSEP:

Art. 40. Os veículos que não estejam obrigados ao licenciamento, por força da legislação vigente, estão automaticamente excluídos do Seguro DPVAT, não estando, portanto, sujeitos ao pagamento de prêmio.

A Lei 13.154/15 alterou o Código de Trânsito Brasileiro no que se refere ao registro e licenciamento dos tratores. Em seu artigo 115, dispensou o licenciamento e emplacamento dos tratores e maquinários agrícolas, tornando obrigatório apenas o registro na repartição competente:

Art. 115.

§ 4º Os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação são sujeitos ao registro na repartição competente, se transitarem em via pública, dispensados o licenciamento e o emplacamento (grifos nossos)

§ 4º-A. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. (grifos nossos)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



ASSIM, O SINISTRO NARRADO NOS AUTOS NÃO POSSUI COBERTURA, VISTO QUE O “APARELHO AUTOMOTOR” NÃO ESTÁ SUJEITO AO PAGAMENTO DO PRÊMIO, LOGO EXCLUÍDO AUTOMATICAMENTE DO SEGURO DPVAT, PORTANTO, O PEDIDO DO APELADO DEVE SER JULGADO IMPROCEDENTE.

FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE- ÓBITO EM DECORRÊNCIA DE ASFIXIA POR AFOGAMENTO

A Lei que regula a indenização do seguro DPVAT determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

As partes autoras apenas alegaram os fatos despidas de qualquer aparato comprobatório da morte ocasionado por acidente automobilístico e de que seja os reais sucessores do de cujus.

Não há qualquer documento nos autos que comprove que a vítima teria falecido em decorrência do acidente de trânsito.

Ao contrário do que foi alegado na exordial, o laudo acostado aos autos atesta que a vítima faleceu por asfixia em decorrência de afogamento, vejamos:

1ª Qual a causa da morte? **ASFIXIA POR AFOGAMENTO.**
2ª Qual o instrumento ou o meio que produziu a morte? **ENERGIA FÍSICO-QUÍMICA.**
3ª Foi ocasionada pelo emprego de veneno, fogo, explosão, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum? **SIM. ASFIXIA POR AFOGAMENTO.**

*** HISTÓRICO - DESCRIÇÃO - DISCUSSÃO - CONCLUSÃO ***
***HISTÓRICO: O corpo deu entrada no IML às 20:15 horas, do dia 13 de julho de 2016 com BU... referido, que diz: "Acidente de Trânsito. Condutor." Óbito em 13/07/2016. DESCRIÇÃO: EXAME EXTERNO: Corpo de adulto do sexo masculino, molhado e completamente sujo de lama e barro, em todos os seus segmentos. Em rigidez cadavérica, resfriamento corpóreo, midríase bilateral, opacificação das corneas. Não apresenta sinais de traumatismo externo. boca e narinas contendo lama. EXAME INTERNO: TRONCO: Feito incisão mento-púbica com rebatimento do plastrão esternal. Órgãos e cavidades do tronco anatomicamente dispostos e sem sinais de traumatismo. Pulmões congestionados, com manchas escuras e petéquias subpleurais. Traqueia e brônquios contendo lama e arca presente também nos cortes do parênquima pulmonar. Coração de volume normal com petéquias subpleurais. Estômago com de líquido turvo cor de lama marrom. Fígado de cor vinho e superfície lisa. Baço e rins sem anormalidades. Ausência de traumatismo nos órgãos e cavidades do tronco. CABEÇA: Incisão bitemporal com rebatimento do couro cabeludo e abertura circular da calvária. Edema cerebral moderado. Ausência de sangramento extra ou intracraniano ou necrose cerebral. Não apresenta sinais de traumatismo extra ou intracraniano. **CONCLUSÃO: ASFIXIA POR AFOGAMENTO.** O cadáver foi submetido à exame dactiloscópico e documentação fotográfica.
Lido e achado correto o médico legista que assina Dr. ANTÔNIO AUGUSTO SANTOS CARVALHO - CRM: 4823.

Ademais a certidão e óbito também informa que a morte da vítima se deu devido a um AFOGAMENTO, vejamos:

Dr. José L. da Gamela - F. Cleide de Sousa. Fabiano Sousa Arruda B.

CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME
VALDEMIR JOSÉ DA SILVA
MATRÍCULA
074757.01.55.2016.4.00008.169.0004568-36

SEXO Masculino	DE COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Estado Civil Casado, com 51 (cinquenta e um) anos de idade
NATURALIDADE Ribeirão - PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG n.º 2.786.034 SSP-PE	ELEITOR Sim
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filho de Valdemar José da Silva e de Maria Francelina da Silva. O falecido residia no Engenho Taquara, zona rural, Ribeirão - PE		
DATA E HORA DE FALECIMENTO Treze de julho de dois mil e dezesseis, à hora não declarada	DIA 13	MES 07
ANO 2016		
LOCAL DE FALECIMENTO Via Pública: Engenho Belo Prado, Zona Rural, Gameleira-PE		
CAUSA DA MORTE Asfixia por Afogamento		

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



O eminente jurista RUI STOCO[1], em sua ilustre obra, tece comentários acerca do Nexo Causal, da seguinte forma:

“Na etiologia da responsabilidade civil, estão presentes três elementos, ditos essenciais na doutrina subjetivista: a ofensa a uma norma preexistente ou erro de conduta; um dano; e o nexo de causalidade entre uma e outro.”

Adverte Caio Mario ser “este o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado”.

Aliás, sempre que um problema jurídico vai ter na indagação ou na pesquisa da causa, desponta a sua complexidade maior.

Mesmo que haja culpa e dano, não existe obrigação de reparar, se entre ambos não se estabelecer a relação causal.

Como explica Genéviève Viney[2]:

“(...) cabe ao jurista verificar se entre os dois fatos conhecidos (o fato danoso e o próprio dano) existe um vínculo de causalidade suficientemente caracterizado.”

A jurisprudência, por seu turno, imputa o ônus probatório aos Autores, quanto à demonstração do nexo causal, conforme se verifica das seguintes ementas:

“A prova do nexo de causalidade é do autor” (TJRJ-8ª Cam. Ap. Rel. Dourado de Gusmão- j. 22.3.83- RT 573/202)

Portanto, conforme comprovado, não há nexo causalidade entre a morte e o acidente noticiado, confia no alto grau de competência dos Ilustres julgadores, sendo certo que a presente demanda deverá ser reformada e julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487 inciso I do código de processo civil.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Assim, restando incontestada a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, uma vez que não se trata de acidente de trânsito, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.



Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GAMELEIRA, 25 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR - 03/06/2020 11:59:54
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060311595402100000061784573>
Número do documento: 20060311595402100000061784573

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SEBASTIANA MARIA FERREIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **GAMELEIRA**, nos autos do Processo nº 00001771920198172630.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





03/06/2020

Número: **0000177-19.2019.8.17.2630**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Gameleira**

Última distribuição : **13/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**


Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEBASTIANA MARIA FERREIRA (AUTOR)		IELVA PRYSCYLLA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62929093	03/06/2020 11:59	ANEXO 1	Outros (Documento)

 <p>PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</p>		01 - BANCOS CREDENCIADOS: BANCO DO BRASIL	02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA Tribunal de Justiça - 0001 05 - DATA DE EMISSÃO 26/5/2020 09:41:29
03 - NÚMERO DA GUIA I 2020712661	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA- CPF:09.248.608/0001-04		
06 - NATUREZA DA AÇÃO		07 - Nº DO PROCESSO 177-19.2019.8.17.2630	08 - VALOR DECLARADO 13.809,99
09 - CÓD. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO	12 - VALOR COBRADO
	101	Julg. cível em grau de recurso	269,66
	201	Taxa Judiciária	138,10
Este tipo de DARJ (CUSTAS DIVERSAS) NÃO poderá ser utilizado para custas iniciais do 1º grau.		14 - VALOR TOTAL: 407,76	


AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA - BANCO

2ª VIA - UNIDADE CARTORÁRIA AUTOS

3ª VIA - CONTRIBUINTE

85860000004 7 07760073202 7 00526000101 6 20207126610 0

 <p>PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</p>		01 - BANCOS CREDENCIADOS: BANCO DO BRASIL	02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA Tribunal de Justiça - 0001 05 - DATA DE EMISSÃO 26/5/2020 09:41:29
03 - NÚMERO DA GUIA I 2020712661	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA- CPF:09248608000104		
06 - NATUREZA DA AÇÃO		07 - Nº DO PROCESSO 177-19.2019.8.17.2630	08 - VALOR DECLARADO 13.809,99
09 - CÓD. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO	12 - VALOR COBRADO
	101	Julg. cível em grau de recurso	269,66
	201	Taxa Judiciária	138,10
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR		14 - VALOR TOTAL: 407,76	


AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA - BANCO

2ª VIA - UNIDADE CARTORÁRIA AUTOS

3ª VIA - CONTRIBUINTE

85860000004 7 07760073202 7 00526000101 6 20207126610 0

 <p>PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</p>		01 - BANCOS CREDENCIADOS: BANCO DO BRASIL	02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA Tribunal de Justiça - 0001 05 - DATA DE EMISSÃO 26/5/2020 09:41:29
03 - NÚMERO DA GUIA I 2020712661	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA- CPF:09248608000104		
06 - NATUREZA DA AÇÃO		07 - Nº DO PROCESSO 177-19.2019.8.17.2630	08 - VALOR DECLARADO 13.809,99
09 - CÓD. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO	12 - VALOR COBRADO
	101	Julg. cível em grau de recurso	269,66
	201	Taxa Judiciária	138,10
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR		14 - VALOR TOTAL: 407,76	

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

1ª VIA - BANCO

2ª VIA - UNIDADE CARTORÁRIA AUTOS

3ª VIA - CONTRIBUINTE

85860000004 7 07760073202 7 00526000101 6 20207126610 0



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	29/05/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
29/05/2020	00001771920198172630		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	407,76
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEBASTIANA MARIA FERREIRA SILVA		FÍSICA	24650587468
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
E22EAF6335EE56FF			
CÓDIGO DE BARRAS			
85860000004 7 07760073202 7 00526000101 6 20207126610 0			

